

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante		12.374	7.534
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.238	3.202
Contas a receber de clientes	7	3.972	4.056
Impostos a recuperar		13	64
Despesas pagas antecipadamente		124	150
Outros ativos		27	62
Não circulante		287.319	291.744
Títulos e valores mobiliários	6	5.633	5.942
Imobilizado	8	281.648	285.751
Intangível	9	38	51
Ativo total		299.693	299.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Nota	Reservas de lucros						Total do patrimônio líquido
		Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Reserva de lucros	patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		45.182	148	702	2.105	-	48.137	
Adiantamento para futuro aumento de capital		65.084	-	-	-	65.084	3.171	
Reserva legal		-	159	-	(159)	-	-	
Transferência para reserva de lucros		-	-	753	2.259	(3.012)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012		45.182	307	1.455	4.364	-	116.392	
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	11.645	-	11.645	
Dividendos declarados	15	-	-	-	(2.766)	(2.766)	-	
Reserva legal	15	-	582	-	(582)	-	-	
Transferência para reserva de lucros	15	-	-	8.297	(8.297)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		45.182	65.084	889	12.661	-	125.271	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Usina Paulista Queluz de Energia S/A é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz - PCH1, explorando a capacidade de geração e comercialização de energia sob regulamentação de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Queluz - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.855 - São Paulo - SP. A usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 12 de agosto de 2011, através do Despacho nº 3.284, foi liberada a unidade geradora UG2. Em 07 de julho de 2012, através do Despacho nº 2.236, foi liberada a unidade geradora UG1. A Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS - às atividades de geração e comercialização de energia sob regulamentação e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS - responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A ANEEL autorizou a Resolução Autorizativa nº 139/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Queluz pela empresa Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele Ltda. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Queluz de Energia S/A através da Resolução nº 715/2006, de 3 de outubro de 2006. Através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL autorizou a transferência do controle societário para a Adutora Investimento S/A. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da publicação (até 2034).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada através de Reunião de Diretoria realizada em 13 de fevereiro de 2014. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação contábil:** Todas as informações apresentadas nas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidade de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volumes de energia elétrica vendida e comprada, número de consumidores, seguros e meio ambiente, não foram auditadas pelos auditores independentes. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisões para contingências, depreciação e amortização, mensuração a valor justo, instrumentos financeiros e provisões para constituição de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possui nenhum ativo financeiro derivativo. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalentes de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.1.2. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da Administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. **3.1.3. Contas a receber, concessionárias e permissórias:** A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissórias, como instrumentos financeiros. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não tem provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram identificadas tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.3. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é, levando em conta o valor requerido para liquidar a obrigação na data da avaliação, o menor em termos de custos de venda e incertezas inerentes a estimativas do valor da obrigação. **3.4. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos de hedge. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação de mercado e incertezas inerentes a estimativas do valor da obrigação. **3.5. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado; empréstimos e encargos de dívidas, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. **3.16. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas

(Em milhares de reais)

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	17	38.780	36.943
Custos operacionais			
Custo dos serviços prestados		(4.745)	(4.883)
Energia comprada para revenda		(3.948)	(9.563)
Depreciação		(6.732)	(6.268)
Amortização		(14)	(14)
Lucro bruto	18	(15.439)	(20.728)
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(1.130)	(917)
Pessoal		(374)	(371)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	-
Outras despesas	14.3	(436)	(291)
Lucro antes do resultado financeiro	18	(1.940)	(1.618)
Despesas financeiras	19	(9.062)	(10.690)
Receitas financeiras	19	786	491
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18	(8.276)	(10.199)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(1.480)	(1.227)
Lucro líquido do exercício	16	0,2577	0,0702
Resultado por ação Básico e diluído			
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		45.182	45.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	11.645	3.171
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	11.645	3.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

4. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC E OUTROS NOVOS REQUERIMENTOS LEGAIS

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas: Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causarão nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013:** A seguinte norma foi emitida pelo IASB e aprovada pela CVM, mas não está em vigor para o exercício de 2013: **IFRS 9 - Instrumentos financeiros** - Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39. **4.3. Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397:** Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de dezembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa		
Fundo de caixa	3	3
Bancos - Depósitos à vista	3.547	379
Aplicações Financeiras	4.688	2.820
	8.238	3.202

Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras referem-se substancialmente à operação compromissada no valor de R\$ 4.687, com liquidez imediata, sem carência, com rentabilidade de 93% a 100,4% do CDI. Em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 2.820 refere-se à aplicação automática, com aplicações e resgates efetuados diretamente pela instituição financeira, vinculada à conta-corrente com liquidez imediata, onde a remuneração efetiva do CDI pode variar de 20% a 80% dependendo do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, sendo que a Companhia registra essas aplicações pelo percentual de 100% em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	3.972	4.056
Suprimento de energia elétrica	3.972	4.056

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo corresponde ao faturamento de dezembro, conforme contrato nº 090/2007 celebrado de venda de energia. A emissão do documento fiscal dar-se-á até o final da primeira quinzena subsequente ao fato gerador contábil desta receita, onde o consumo/fornecimento de energia elétrica vendida é auferido.

8. IMOBILIZADO

a) A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2013	Adições	31/12/2012	Adições	Reclassificações	Transferências	31/12/2011
Em serviço								
Terenos	0%	5.039	-	5.039	-	-	-	5.039
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	172.761	18	172.751	-	-	-	172.751
Edificações, Obras Cíveis e Benefiteiras	3%	28.085	-	28.085	-	-	-	28.085
Máquinas e Equipamentos	4%	88.441	23	88.418	-	-	-	88.418
Veículos	14%	328	246	82	-	-	-	33.630
Móveis e Utensílios	6%	23	-	17	-	-	-	13
Outros	-	-	-	-	-	(70)	-	70
Em curso		2.354	2.336	18	289	-	(33.643)	33.372
Total do custo do imobilizado		297.039	2.629	294.410	289	(70)	-	294.191
Depreciação								
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(8.700)	(3.601)	(5.099)	(3.600)	-	-	-	(4.299)
Edificações, Obras Cíveis e Benefiteiras	(1.385)	(573)	(812)	(573)	-	-	-	(239)
Máquinas e Equipamentos	(5.264)	(2.536)	(2.728)	(2.082)	-	-	-	(646)
Veículos	(40)	(21)	(19)	(12)	-	-	-	(7)
Móveis e Utensílios	(2)	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	5	-	-	(5)
Total da depreciação		(15.391)	(6.732)	(8.659)	(6.268)	5	-	(2.396)
Total do imobilizado líquido		281.648	(4.103)	285.751	(5.979)	(65)	-	291.795

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não deprecia ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente. O montante das aquisições no ano de 2013 representam investimentos em materiais, e serviços, vinculados ao ativo imobilizado, aplicados na implantação da PCH Queluz.

9. INTANGÍVEL

a) A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2013	Adições	31/12/2012	Adições	31/12/2011
Em serviço						
Intangível	20%	72	1	71	-	71
Uso do bem público - UBP	-	-	-	-	-	-
Total do custo do intangível		72	1	71	-	71

Amortização

	31/12/2013	31/12/2012
Intangível	(34)	(14)
Uso do bem público - UBP	-	-
Total da amortização	(34)	(14)

Total do intangível líquido

	31/12/2013	31/
--	------------	-----

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A. **Recursos captados junto ao Banco Itaú BBA S/A:** Os recursos relativos ao FINAME referem-se à cédula de crédito bancário, celebrado em 26 de junho de 2013, o objeto é o financiamento da aquisição de uma caminhão modelo ATRON 2729 K/36, cujo montante original financiado é de R\$ 192, pelo subcrédito A, com taxa fixa de 3% a.a., equivalente a 0,246627% a.m. O prazo de financiamento é de 54 parcelas, com vencimento em 15 de julho de 2018, com amortização inicial em 17 de fevereiro de 2014.

b) A composição de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é a seguinte:

	31/12/2013					
		Encargos	Principal	Não		
	Vencimento	(% a.a.)	Taxa efetiva	Circulante	Circulante	circulante
BNDDES	01/01/25	TJPL+1,93%	289	9.321	93.989	
BNDDES	01/01/25	TJPL+2,22%	66	2.041	20.584	
FINAME	15/07/18	3%	1	43	149	
			<u>356</u>	<u>11.405</u>	<u>114.722</u>	

c) A movimentação de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composta da seguinte forma:

Descrição	31/12/2012		31/12/2013		31/12/2013
	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Amortização dos encargos	
BNDDES	137.681	-	9.033	(11.362)	126.290
Arrendamento mercantil (Itaú)	23	3	(23)	(3)	-
FINAME	-	192	1	-	193
	<u>137.704</u>	<u>192</u>	<u>9.037</u>	<u>(9.065)</u>	<u>126.483</u>

As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Dívida total - (R\$)	31/12/2013	31/12/2012
2015	11.405	16.832	17.889
2016	11.405	7.529	8.495
2017	11.405	<u>24.361</u>	<u>26.384</u>
2018	11.384		
2019	11.363		
Após 2019	57.760		
	<u>114.722</u>		

Os contratos que a Companhia possui com o BNDDES estabelecem condições financeiras restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do no mínimo 1,2, apurados anualmente. Em 10 de fevereiro de 2012, o BNDDES autorizou a Companhia Queluz a apresentar o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida e Índice de Capitalização somente a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	257	204
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	141	110
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços - ICMS	301	33
Programa de integração social - PIS	24	39
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	112	184
Instituto nacional de seguro social - INSS	25	16
Outros	22	49
	<u>882</u>	<u>635</u>

12. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DE ATIVO

As provisões para obrigações vinculadas à usina referem-se a custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras e podem ser assim demonstradas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do Contrato em 31/12/2013
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/01/25	103.599
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	22.691

14.3. Remuneração da alta administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração de valor equivalente a 10% daquela devida à Diretoria. Nos exercícios findos em 2013 e 2012, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo (a)	405	267
Benefícios Pós-emprego	1	-
Remuneração do conselho	30	24
Total	<u>436</u>	<u>291</u>

(a) Compostos por ordenados, salários, e benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale-refeição.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 50.000, podendo ser emitidas ações ordinárias e/ou preferenciais. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 45.182, dividido em 45.182.136 (quarenta e cinco milhões, cento e oitenta e duas mil, cento e trinta e seis) ações, sendo 22.595.587 (vinte e dois milhões, quinhentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e oitenta e sete) ações ordinárias e 22.586.549 (vinte e dois milhões, quinhentas e oitenta e seis mil, quinhentas e quarenta e nove) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal. Em 28 de outubro de 2013 os acionistas Alupar Investimento S/A. e Enixe Energia e Participações Ltda. exerceram a Opção de Compra das ações preferenciais pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS na Usina Paulista Queluz de Energia S/A, mediante Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações Preferenciais de Emissão celebrados entre as partes, na qual a Alupar Investimento S/A. adquiriu 3.387.982 ações e a Enixe Energia e Participações Ltda. adquiriu 3.387.983 ações.

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Usina Paulista Queluz de Energia S.A. - Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012			
			Custos operacionais	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total
Lucro líquido do exercício	11.645	3.171						
Reserva legal	(582)	(159)						
Subtotal	<u>11.063</u>	<u>3.012</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	(2.766)	-						
Reserva especial para dividendos não distribuídos	-	(753)						
Reserva de Lucros	(8.297)	(2.259)						
Saldo de lucros acumulados	<u>=</u>	<u>=</u>						

16. RESULTADO POR AÇÃO

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012			
			Custos operacionais	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total
Numerador:								
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	11.645	3.171						
Denominador (em milhares de ações)								
Média ponderada do número de ações ordinárias	22.596	22.596						
Média ponderada do número de ações preferenciais	22.587	22.587						
Lucro por ação								
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,2577	0,0702						
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,2577	0,0702						

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2013	31/12/2012
Receita Bruta		
Suprimento de energia	43.668	38.901
	<u>43.668</u>	<u>38.901</u>

	31/12/2013	31/12/2012
Deduções		
Programa de integração social - PIS	(241)	(253)
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(1.111)	(1.168)
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços - ICMS	(3.536)	(537)
	<u>(4.888)</u>	<u>(1.958)</u>
	<u>38.780</u>	<u>36.943</u>

Receita operacional líquida

Em 06 de março de 2013, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fez publicar a Resolução nº 03/2013, que (i) estabelece diretrizes para a internalização de mecanismo de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço e (ii) permite ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE despachar Usinas Termelétricas - UTEs fora da ordem de mérito econômico. De acordo com esta Resolução CNPE 03/13, parte significativa do custeio das UTEs recairá sobre as geradoras hidrelétricas, seja no período transitório (até a homologação dos novos programas computacionais) ou no período permanente. Atualmente o rateio dos custos de despacho das UTEs prevista na Resolução do CNPE 03/13 está suspensa para alguns agentes com amparo em decisões liminares de ações ajuizadas por associações que representam tais agentes. Em 7 de agosto de 2013, a Liminar que amparava a suspensão do rateio dos custos de despacho das UTEs foi suspensa. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser trabalhado na Companhia, caso a Liminar não seja reestabelecida, será no montante de R\$ 366.

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total
Custos não gerenciais						
Encargos de Uso da Rede Elétrica (CUST)	(160)	-	(160)	(199)	-	(199)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(77)	-	(77)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	(5)	-	(5)	-	-	-
	<u>(242)</u>	<u>-</u>	<u>(242)</u>	<u>(199)</u>	<u>-</u>	<u>(199)</u>

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total
Passivo						
Fornecedores	832	832	680	680		
Empréstimos e financiamentos - Circulante	11.761	11.761	11.415	11.415		
Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	114.722	114.722	126.289	126.289		
	<u>127.315</u>	<u>127.315</u>	<u>138.384</u>	<u>138.384</u>		

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total
Passivo						
Fornecedores	832	832	680	680		
Empréstimos e financiamentos - Circulante	11.761	11.761	11.415	11.415		
Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	114.722	114.722	126.289	126.289		
	<u>127.315</u>	<u>127.315</u>	<u>138.384</u>	<u>138.384</u>		

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Despesas operacionais	Total
Passivo						
Fornecedores	832	832	680	680		
Empréstimos e financiamentos - Circulante	11.761	11.761	11.415	11.415		
Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	114.722	114.722	126.289	126.289		
	<u>127.315</u>	<u>127.315</u>	<u>138.384</u>	<u>138.384</u>		

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de avaliações de valor justo

entre os níveis I, II e III. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia